

‘Cassáveis’

recorrem

ao Supremo

BRASÍLIA — O primeiro resultado da estratégia conjunta dos advogados dos 18 parlamentares *cassáveis* (ameaçados de cassação) foi dar entrada no STF em um mandado de segurança contra o ato do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, que reduziu o prazo de defesa de cinco semanas para cinco dias. “Querem nos subtrair, no mínimo, 25 dias”, disse o advogado Walmor Giavarina, ao acusar Inocêncio de colocar os parlamentares “no paredão”. Giavarina quer que o STF garanta o prazo de defesa na CCJ.

O advogado que representa os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA) quer pedir novas diligências e perícias nos documentos em poder da CPI. O primeiro pedido seria o de rechecagem de todos os extratos bancários para verificar a conversão de cruzeiros em dólares efetuada. “A dolarização aumentou em 50% o valor da movimentação bancária dos parlamentares”, disse.

O mandado de segurança pede liminar em 48 horas para suspender a resolução de Inocêncio sobre os prazos de defesa.